

Resultado positivo do leilão da Telebrás não altera classificação

- NOVA YORK. Apesar do resultado positivo do leilão do Sistema Telebrás na última quarta-feira, a Standard & Poor's anunciou hoje que manteve inalterada a classificação de risco B- para a dívida brasileira de longo prazo em moeda estrangeira, que soma US\$ 58 bilhões, e também as classificações BB+ e B para as dívidas de longo e curto prazo denominadas em reais, que totalizam R\$ 297 bilhões. A perspectiva dessas dívidas permaneceu estável.

A S&P também manteve sem alterações o *rating* BB- da dívida de longo prazo de US\$ 3,1 bilhões do para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na análise da agência, a perspectiva estável leva em conta os riscos representados pela deterioração fiscal para a estabilidade econômica do país, prevendo um alívio da pressão de gastos sobre o Governo e da renovação dos esforços de reforma da Constituição após as eleições.

Endividamento público pode ultrapassar 7% do PIB

A S&P avalia também que as exigências de endividamento nominal do setor público podem subir para 7% do PIB para depois recuar ligeiramente até o fim do ano. Gastos com juros, gastos motivados pelas eleições e despesas estaduais extraordinárias financiadas pela receita das privatizações devem diminuir. Os recursos arrecadados com a privatização, segundo a S&P, também contribuirão para o equilíbrio fiscal no curto prazo.

No entanto, para os técnicos da agência, a confiança dos investidores estrangeiros só poderá ser mantida, a médio prazo, com ações decisivas em relação às reformas fiscal, da Previdência e do setor de Saúde.

Segundo o relatório da S&P, a liquidez externa do país alivia os riscos de uma crise do balanço de pagamentos no curto prazo, apesar do déficit fiscal. No entanto, a flexibilidade no uso de medidas de caráter temporário nos campos monetário e fiscal, como forma de compensar a falta de controle fiscal, vem se reduzindo. Diante desse cenário, a S&P prevê que o Governo eleito em outubro enfrentará um grande desafio para acelerar a reforma fiscal. ■